

APÊNDICE I DO ANEXO I
PESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº: 001.008.170426

Interessado(a): Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de São José da Tapera/AL

O presente estudo técnico preliminar, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade da contratação, e dá base ao termo de referência a ser elaborado.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde solicita a abertura de procedimento para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de São José da Tapera/AL, conforme quantitativos estimados.

O município de **São José da Tapera** apresenta elevada demanda por medicamentos de uso contínuo e de prescrição médica, os quais são fornecidos gratuitamente aos usuários do Fundo Municipal de Saúde. A **Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF)** e a **Farmácia Central** exercem papel fundamental nesse processo, atuando como unidades estratégicas de distribuição. Para garantir a continuidade do atendimento, torna-se indispensável que a Assistência Farmacêutica realize um planejamento criterioso, compatível com as estimativas de consumo e com os procedimentos legais de aquisição, observando os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência que norteiam a Administração Pública.

A relevância desta contratação ultrapassa a simples reposição de estoque, estando diretamente relacionada à garantia do direito fundamental à saúde. A Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre o **Sistema Único de Saúde**, atribui aos gestores públicos a responsabilidade de assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, incluindo o fornecimento de medicamentos essenciais. Nesse contexto, a realização da licitação está em consonância com os dispositivos legais vigentes e com o compromisso ético da Administração Municipal em promover o bem-estar e a qualidade de vida da população.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece as normas gerais para licitações e contratos administrativos,

prevendo a elaboração de Estudo Técnico Preliminar como instrumento de planejamento. A realização deste estudo assegura a conformidade legal, além de contribuir para a eficiência e a transparência do processo de aquisição, permitindo a adequada definição das especificações e das quantidades necessárias de medicamentos controlados, de modo a evitar desperdícios e prevenir desabastecimentos.

A adoção do pregão eletrônico como modalidade de contratação favorece a ampliação da competitividade entre os fornecedores, possibilitando melhores condições comerciais e potencial economia de recursos públicos, além de conferir maior celeridade ao procedimento licitatório.

Considerando que os medicamentos controlados demandam cuidados específicos quanto à sua aquisição, armazenamento e distribuição, este estudo técnico preliminar também contribuirá para o estabelecimento de critérios que assegurem a qualidade, a eficácia e a segurança dos produtos, bem como o atendimento às normas e regulamentações aplicáveis ao seu controle e uso.

A elaboração deste estudo constitui etapa essencial para garantir que a população tenha acesso oportuno e adequado aos medicamentos controlados necessários, fortalecendo as ações de saúde pública no município. Dessa forma, a presente justificativa evidencia a importância de um planejamento responsável e alinhado à legislação vigente, com foco na eficiência, na economicidade e, sobretudo, na promoção do bem-estar coletivo.

2. ATENDIMENTO ANTERIOR DA NECESSIDADE

A abertura do atual processo licitatório tem por finalidade atender às necessidades da secretária de Saúde, para o período de 01 (um) ano e serão utilizados para atender a demanda do município.

3. REQUISITOS DO OBJETO

3.1. NATUREZA DO OBJETO

O objeto da contratação é comum, visto poderem seus padrões de desempenho e qualidade ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

3.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A presente aquisição é por meio do procedimento administrativo auxiliar sistema de registro de preço, instrumentalizado pelo certame licitatório. Isso significa que a pretendida contratação não resultará num único contrato (ainda que possa ter a execução continuada). O caso em tela, permitirá uma série de contratações, respeitados os quantitativos máximos e a observância do período de um ano. Dito de outro modo, o pregão se exaure com uma única contratação, enquanto o registro de preços dá oportunidade a tantas contratações quantas forem possíveis. Deste modo fica inviável que esta secretaria estime um quantitativo preciso para atender o município de São José da Tapera/AL. Todavia, os preços estão baseados de acordo com as demandas anteriores conforme as atas em anexo

celebradas com esta Administração.

3.3. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR. FORAM CONSIDERADAS DIFERENTES FONTES, PODENDO SER ANALISADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES?

Objetivando a obtenção da estimativa de preços, deverá ser publicado aviso de cotação no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas, a fim de que, empresas compatíveis com o objeto da licitação enviem a mesma dentro do prazo estimado. Obtendo desta forma valor médio de referência conforme a pesquisa de mercado pelas empresas, apurado através da média de preço por lote das propostas válidas e com busca na plataforma “banco de preços” objetivando levantamento de mercado com base em contratações similares com os outros entes públicos ao objeto que será licitado.

Como se trata da necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos para atender as necessidades do município de São José da Tapera/AL, não se verifica outra solução de mercado que não seja a aquisição desses.

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por esta Administração, por meio de consultas a outras atas de registro de preços, tal como a ARP do pregão eletrônico nº 10.021/2023, atas nº 40/2024, 62/2025, 63/2025 do município de São José da Tapera - AL (disponível no link: <https://transparencia.saojosedatapera.al.gov.br/compras/contratacoes>), com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades do município de São José da Tapera/AL. Informamos, ainda que para aquisição em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos itens serem considerados bens comuns.

3.4. AMOSTRA

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de amostra para a verificação da qualidade ou da conformidade com as especificações técnicas requisitadas.

3.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de obrigações específicas da contratada, sendo adequadas e suficientes aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta padronizada por São José da Tapera/AL.

4. ENTREGA

O prazo de entrega é de até 10 (dez) dias, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento ou empenho, no endereço do município de São José da Tapera/AL.

5. DA VEDAÇÃO DA PREFEITURA

De acordo com a complexidade e o vulto da contratação, não se aceitará consórcio na disputa da licitação ou na contratação, de modo a permitir que mais empresas compitam individualmente entre si pela solução, aumentando o universo da disputa e a chance da obtenção de melhor proposta.

Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes a atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando o atendimento do interesse público.

A vedação de consórcios não trará prejuízos à competitividade do certame.

6. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Considerando a ausência de maior risco para a Administração, em função da complexidade e do vulto da contratação, além da ausência de prazo de entrega estendido, não há necessidade da exigência de garantia de execução.

7. PARCELAMENTO DO OBJETO

De acordo com o objeto da contratação, e após a avaliação do parcelamento, com base na necessidade administrativa e no mercado fornecedor, esta contratação será feita por lote a fim de atender o disposto no art.40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

8. RESULTADOS PRETENDIDOS E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com a contratação através do Lote, a Secretaria de Saúde pretende alcançar a melhoria da qualidade de produtos e serviços oferecidos a Prefeitura de São José da Tapera/AL buscando sempre a economicidade, eficácia na aquisição, sem descuidar da garantia a ser oferecida nos produtos licitados.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes com a contratação.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo nos termos da Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, as empresas serão responsáveis pela utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a utilização de materiais que possam ser submetidos à reciclagem.

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis

ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação. Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso).

Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final e ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; - outras formas vedadas pelo poder público.”

Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição é imprescindível, mostrando-se viável por se tratar de aquisição anual de medicamentos, uma vez que a demanda é de extrema importância a contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos, evitando assim possíveis ocorrências de este departamento/setor prejudicar pela falta de materiais e correlatos o usuário do SUS, ainda assim, este material em quantidade suficiente é fundamental para evitar possíveis interrupções nas demandas, o que poderia comprometer a execução dos serviços públicos deste município.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente aquisição não consta o Plano Anual de Contratações, tendo em vista que ainda está em elaboração.

12. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, não há necessidade de classificá-los como sigilosos.

Atesta-se, sob responsabilidade funcional, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive acerca de Descrição, Unidade de Medida e

Quantidade, quanto à fundamentação do termo de referência e demais instrumentos da contratação, elaborado que foi nos moldes do art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Município de São José da Tapera/AL, 17 de abril de 2026.

JARIA PEREIRA RICARDO
Secretária Municipal de Saúde